

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS

2021



S
WJ
T
2

Introdução

Com este Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2021, cumpre à Direção reportar de forma sintética e objetiva aos Senhores Cooperantes todas as atividades relevantes e as contas do exercício do ano transato.

A pandemia provocada pelo Sars-Cov2 (COVID-19), gerou uma onda de incertezas e preocupações para todos os setores da economia, em particular para o setor do turismo, tendo em conta que o setor onde atua a Turipenha é considerado um negócio particularmente vulnerável a fatores externos e incontrolláveis, onde sobressaem o sentimento de insegurança ou, de forma mais objetiva, as restrições impostas aos movimentos de turistas.

Acontece que, no caso da Turipenha, os resultados demonstrados no que diz respeito ao Teleférico de Guimarães foram superados face ao expectável. No entanto, no caso do Parque de Campismo da Penha, sendo este um alojamento, o cenário já foi diferente, tendo havido uma quebra significativa das receitas face aos valores de 2019 (pré-pandemia).

O ano 2020 significou a entrada num novo paradigma em que as relações sociais, profissionais, comerciais e outras sofreram profundas alterações, que continuaram em 2021. A evolução da pandemia obrigou a uma constante atualização dos procedimentos, fruto da legislação que ia sendo emanada pelas Autoridades Competentes, nomeadamente a DGS, criando constrangimentos nos serviços, em particular no que diz respeito ao Parque de Campismo.

Quando foi decretado o segundo estado de emergência, a 15 de janeiro de 2021, a Direção da Turipenha percebeu que a resiliência e a determinação seriam os conceitos chave para vencer os desafios.

No caso do Teleférico, tínhamos agendadas duas grandes intervenções que teriam de ser realizadas em estado de emergência (a substituição do cabo portante e a revisão às estações), porque os prazos contratuais assim o exigiam. Desta forma, a Direção decidiu colocar os funcionários não essenciais às intervenções referidas com 100% de redução do período normal de trabalho, tendo-se candidatado ao Apoio à Retoma Progressiva da Atividade, com base no critério da quebra da faturação, durante os meses de fevereiro, março e abril. Este programa permitiu à Turipenha arrecadar €17 219,55.



RH
✓

Outro dos incentivos a que a Turipenha recorreu, promovido pelo IEFP, foi a Normalização da Atividade Empresarial, conseguindo um encaixe financeiro de €14 630,00.

O estado de emergência declarado no país acabou por permitir que estas intervenções - cabo portante e estações – fossem realizadas num período em que o encerramento do Teleférico era inevitável, por força dos constrangimentos impostos pela pandemia.



WM 7th
V

Atividade do Teleférico

Apesar da continuação da pandemia COVID-19, o Teleférico em 2021 teve um aumento de cerca 50% relativamente a 2020. Em relação a 2019 (ano excecional para o setor turístico) a quebra foi “somente” na ordem dos 20%.

Relativamente às receitas de 2021 estas foram de €509 372,75 representando um aumento de €206 617,75 face a 2020. Importa referir que os portugueses foram os principais clientes, a seguir ao mercado espanhol, o que nos leva a crer que o ano de 2022, com a redução das medidas restritivas e o plano de vacinação na Europa estabilizado, será uma ótima oportunidade de crescimento para o Teleférico.

Outro dado que importa referir é que, em virtude das restrições legais, o Teleférico de Guimarães só abriu ao público em 16 de abril, pelo que o período da Páscoa, que costuma ser de grande rentabilidade financeira, não se pôde concretizar.

No entanto, a partir do mês de agosto (regra geral um mês com grande afluência turística) e nos meses subsequentes, os avanços no processo de vacinação e o clima favorável levaram as receitas do Teleférico a níveis substancialmente superiores aos de 2020. Por exemplo: em novembro de 2020, faturou-se €1 429,00 e em 2021 €30 678,00.

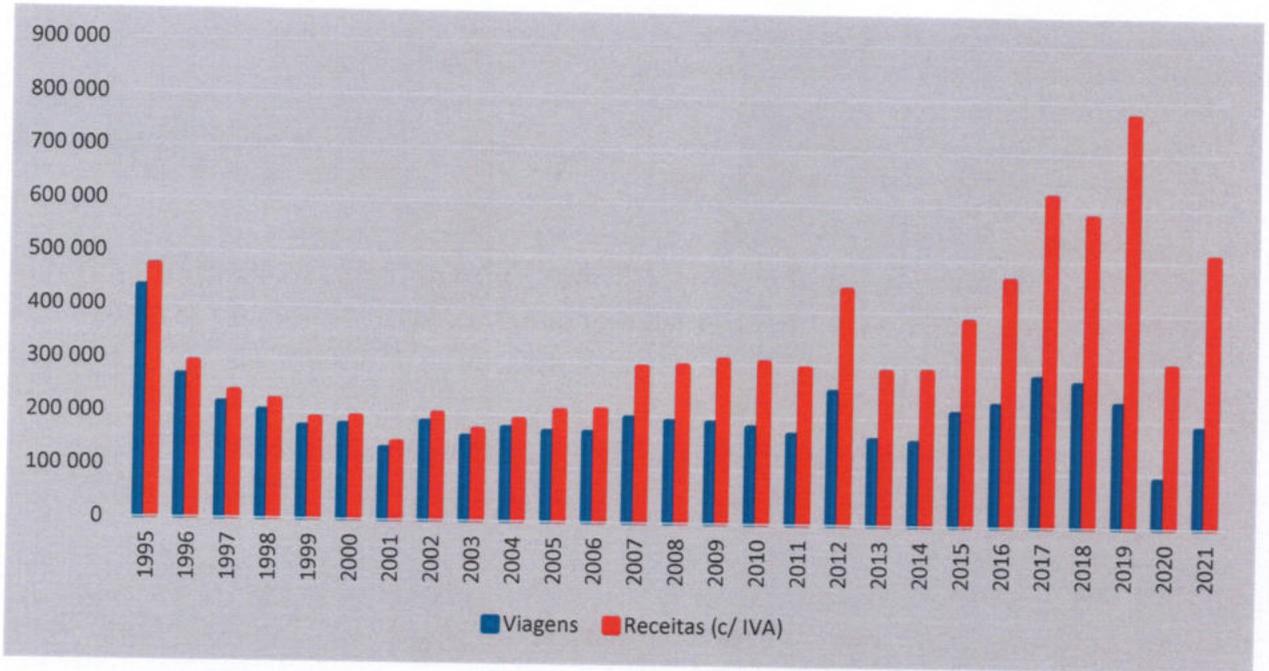
O tarifário para os residentes em Guimarães também se tem revelado uma tendência a manter-se porque se nota uma

Anos	Viagens	Receitas (c/ IVA)
1995	433 415	472 222,42 €
1996	267 358	291 310,80 €
1997	215 749	236 970,33 €
1998	201 870	221 377,62 €
1999	173 586	187 888,62 €
2000	177 358	191 589,32 €
2001	133 338	144 040,48 €
2002	184 138	199 107,80 €
2003	157 163	169 876,67 €
2004	174 438	189 404,38 €
2005	168 827	207 284,95 €
2006	167 880	210 573,40 €
2007	196 294	291 416,40 €
2008	190 643	294 867,22 €
2009	188 796	306 801,03 €
2010	181 254	303 184,16 €
2011	168 778	293 066,43 €
2012	249 697	441 920,57 €
2013	160 035	288 510,38 €
2014	155 831	289 976,44 €
2015	212 493	384 810,45 €
2016	228 066	464 149,03 €
2017	280 316	621 439,96 €
2018	269 749	583 329,74 €
2019	231 519	772 090,99 €
2020	90 131	302 755,00 €
2021	187 028	509 372,75 €
Total	5 445 750	8 869 337,34 €



Handwritten initials and a checkmark.

aproximação entre os vimaranenses o “seu” Teleférico. Se em 2020 tivemos 4094 vimaranenses (adultos) a utilizar o equipamento, em 2021 esse número mais que duplica, passando a 9385 residentes a usufruir do tarifário especial criado em 2019.



Equipamentos e instalações

Como já referido na introdução, em 2021, em pleno estado de emergência, a Direção conseguiu levar a cabo duas intervenções essenciais para o bom funcionamento e segurança do equipamento:

1. Substituição do Cabo Portante: o cabo que transportava as cabines até 2020 era o cabo de origem, sendo todos os anos vistoriado. O último relatório, apesar de não identificar ainda critérios de rejeição, sugeria que se comesse a encarar a sua substituição a breve prazo. Na visita trienal do Instituto de Mobilidade e Transportes (IMT) o relatório sugere que, devido aos filamentos quebrados do cabo de aço, este deveria ser substituído, tendo a Direção optado pela realização desta intervenção durante o período de inverno, salvaguardando as receitas próprias do período de verão e a segurança de todos aqueles que viajam no Teleférico.
2. Segunda Parte das Estações: tendo em conta que em 2020 a execução da parte mecânica do equipamento não ficou concluída devido ao início da pandemia, a Direção, a conselho da nossa direção técnica, decidiu executar os trabalhos mais urgentes nas estações e os restantes, que não



implicavam com a segurança do mecanismo, foram terminados em 2021, cumprindo-se assim as orientações do construtor do Teleférico.

Atividade do Parque de Campismo da Penha

Ao abrigo do Contrato Programa 2021 celebrado entre a Turipenha e o Município de Guimarães, a época campista deveria iniciar-se a 1 de abril. Contudo, devido ao estado de emergência, só nos foi possível abrir ao público no dia 16 de abril, tendo-se perdido desta forma a oportunidade de se capitalizar a época da Páscoa, que habitualmente é uma época de grande afluência de turistas à cidade de Guimarães, nomeadamente de origem espanhola.

Um outro constrangimento que afetou grandemente o funcionamento e as receitas do Parque de Campismo foi o cumprimento da resolução n.º 92-A/2021 do Conselho de Ministros, publicada em Diário da República, a 15 de julho, que obrigou a que todos os campistas tivessem comprovativo de teste negativo no check-in (teste PCR nas 72 horas anteriores à sua apresentação, comprovativo de teste rápido de antigénio (TRAg), verificado por entidade certificada, nas 48 horas anteriores ao check-in ou a realização de autoteste, no momento, à entrada do Parque de Campismo com a supervisão dos rececionistas).

A última orientação, teste no momento do check-in, foi um grande constrangimento para os nossos serviços, porque implicava que o rececionista além de efetuar os serviços normais de uma receção, tinha que observar e controlar a execução e o resultado dos testes rápidos.

Em 2021, continuamos com uma redução da capacidade máxima do Parque, que se manteve entre os 150/200 utilizadores, e continuou-se, à imagem de 2020, com o reforço a equipa de higienização e limpeza, por forma a podermos oferecer um serviço de qualidade a todos os campistas. Se, por um lado, assistimos a uma quebra de utentes e, conseqüentemente, de receitas, por outro lado vimos os custos operacionais subirem devido ao reforço da equipa de trabalho. Porém, a segurança de todos campistas e funcionários era uma questão prioritária para a Direção.

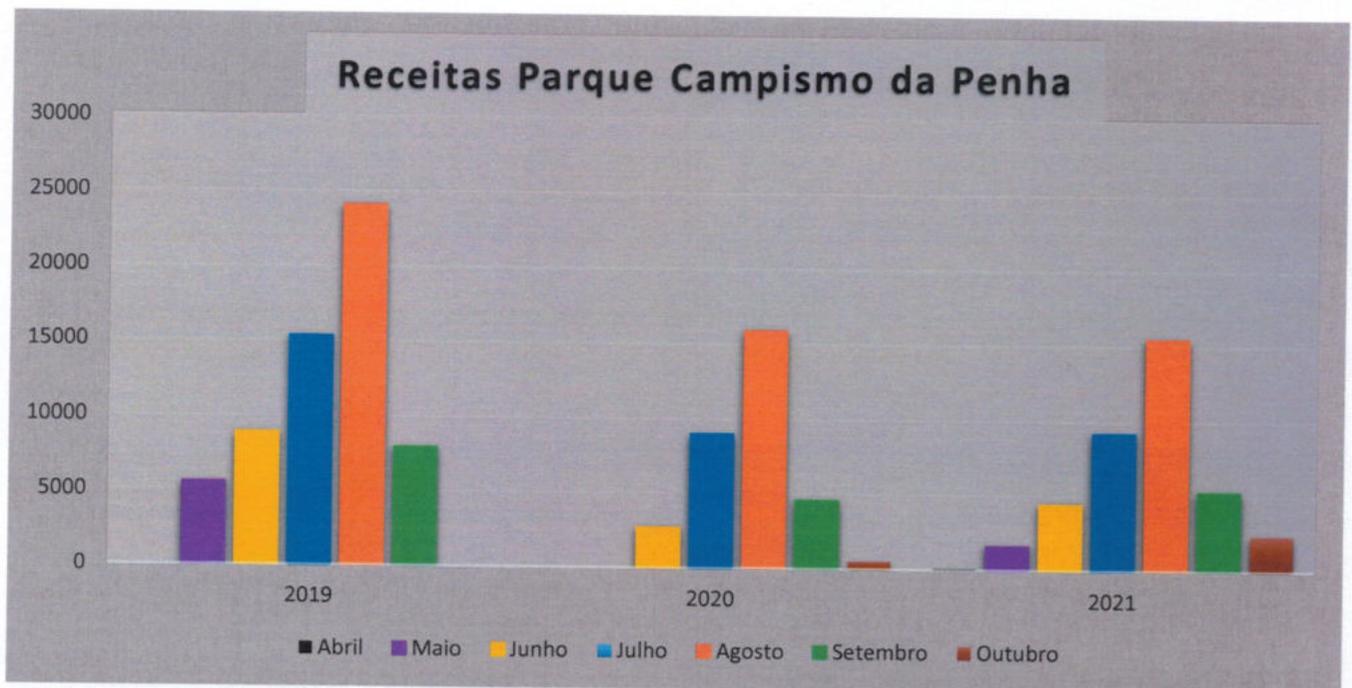


RH 7/15
V

Fruto de um trabalho que vem sendo desenvolvido há algum tempo, o Parque de Campismo da Penha recebeu a distinção “Green Key” pelo quarto ano consecutivo, o que consolida o equipamento como um espaço “amigo do ambiente” em resultado da adoção de boas práticas de gestão ambiental. Num tempo em que as temáticas da sustentabilidade e da preocupação com as alterações climáticas estão na ordem do dia, é de destacar o esforço da Direção da Turipenha em contribuir de forma ativa para a mudança, apostando na implementação das boas práticas ambientais em que ficamos todos a ganhar, no geral, e a cidade de Guimarães, em especial. A ABAE, entidade emissora do Green Key, certificou alguns critérios da candidatura por videochamada.

Em 2021, o Parque de Campismo iniciou um novo regime em matéria de segurança, tendo para tal contratado uma empresa de segurança profissional e certificada para fazer a vigilância das instalações, nomeadamente no período noturno, sendo este o período mais crítico na questão da segurança do Parque de Campismo da Penha.

A par da gestão corrente do Parque, a Direção tem liderado um processo de sensibilização, junto do Município de Guimarães, no sentido de dotar o Parque de melhores condições infraestruturais, estando já concluído o projeto de requalificação que se acredita possa ser executado num curto espaço de tempo.





RM 10

✓

Ações de divulgação e promoção:

A Turipenha tem utilizado os seus recursos internos e, em articulação com o Departamento de Comunicação do Município de Guimarães, tem divulgado informações e comunicados das suas atividades e projetos junto da comunicação social. Aquando da abertura ao público dos dois equipamentos, foram enviados comunicados à imprensa a dar conta deste facto.

Temos privilegiado a divulgação de informação quer do Teleférico, quer do Parque de Campismo, através das redes sociais e estamos empenhados em utilizar essas plataformas para comunicar com os nossos público alvo. A resposta às mensagens que nos enviam nas redes sociais é imediata.

Política de Pessoal:

A pandemia COVID-19, significou um grande constrangimento nas ações formativas que estavam planeadas para serem executadas no ano 2021. O facto de termos estado no Apoio Progressivo à Retoma Económica, ao abrigo do qual vários funcionários estiveram com redução de horário laboral de 100%, impossibilitou que se pudesse realizar o plano formativo anteriormente definido.

No entanto, as ações que estavam planeadas e que não foram executadas estão previstas serem ministradas no fim de 2022, no horário de inverno, cumprindo-se assim a obrigatoriedade legal de 40 horas de formação anual.

Factos relevantes após o termo do exercício:

A 24 de fevereiro de 2022 teve início um conflito bélico, com a invasão da Ucrânia pela Rússia. Esta situação poderá ter um impacto significativo na economia e nas finanças mundiais, nomeadamente nas previsões de crescimento económico e inflação, assim como nas redes de abastecimento globais e na confiança dos mercados, o que poderá repercutir-se no setor do turismo.

Apesar dos efeitos nesta fase serem imprevisíveis, a Turipenha mantém a confiança numa rápida resolução do conflito e na eficácia das medidas de apoio que estão a ser tomadas pelos organismos públicos internacionais, de forma a que as consequências deste conflito possam ser “estacadas” num curto/médio espaço de tempo.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Agradecimentos:

Por último um agradecimento muito especial:

- Aos turistas, que apesar da pandemia, confiaram nos nossos serviços;
- Aos nossos Colaboradores pela dedicação e adaptação ao novo paradigma de gestão;
- À Câmara Municipal de Guimarães;
- Aos nossos Parceiros, quer comerciais quer institucionais;
- Aos Bombeiros Voluntários de Guimarães, em especial à equipa de resgate em grande ângulo;

Conclusão:

Após a apresentação deste conjunto de informações cumpre-nos colocar à consideração dos Senhores Cooperantes, para discussão e votação:

1. O Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo às contas em 31 de dezembro de 2021, aprovados em reunião de Direção de 15 de março de 2022, documentos que evidenciam com fidelidade os registos contabilísticos e a situação económica e financeira da Cooperativa em conformidade com o quadro legal em vigor;

2. A proposta de aplicação do resultado líquido positivo, do exercício do ano de 2021, no valor de € 27,58 (vinte e sete euros e cinquenta e oito cêntimos), para que sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Guimarães, 15 de março de 2022

A Presidente da Direção,



(Sofia Ferreira)



TURIPENHA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



Handwritten signature and initials in blue ink.

Handwritten checkmark in blue ink.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de Interesse Publico, CRL.

ANO: 2021

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade e período de relato.....	5
1.1 - Dados de identificação.....	5
1.2 - Sede.....	5
1.3 - Natureza da atividade.....	5
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	5
2.1 - Referencial contabilístico utilizado.....	5
2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras.....	6
2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.....	6
3 - Principais políticas contabilísticas.....	6
3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	6
3.2 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.....	8
4 - Fluxos de caixa.....	9
4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.....	9
4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.....	9
4.3 - Outras informações.....	9
5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	9
5.1 - Erros materiais de períodos anteriores.....	9
6 - Partes relacionadas.....	10
6.1 - Identificação das partes relacionadas.....	10
6.1.1 - Entidades participantes.....	10
6.1.1.1 - Participação no capital social da entidade.....	10
6.1.1.2 - Entidades que participam diretamente no capital da entidade.....	10
6.2 - Transações entre partes relacionadas.....	10
6.2.1 - Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte.....	10
7 - Ativos intangíveis.....	11
7.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis.....	11
7.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte.....	11
7.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte.....	11
7.2 - Outras informações.....	12
8 - Ativos fixos tangíveis.....	12
8.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.....	12
8.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte.....	13

8.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:.....	13
9 - Imparidade de ativos.....	14
9.1 - Perdas por imparidade, por classes de ativos:.....	14
10 - Inventários.....	14
10.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.....	14
10.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.....	15
10.2.1 - Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:.....	15
11 - Rédito.....	15
11.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.....	15
11.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:.....	15
12 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	16
12.1 - Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas.....	16
12.2 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:.....	16
13 - Acontecimentos após a data do balanço.....	16
13.1 - Autorização para emissão.....	16
13.2 - Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.....	17
14 - Impostos e contribuições.....	17
14.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:.....	17
14.2 - Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte.....	17
14.3 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições.....	17
15 - Instrumentos financeiros.....	18
15.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.....	18
15.2 - Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:.....	18
15.3 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.....	19
16 - Benefícios dos empregados.....	19
16.1 - Número médio de empregados e gastos de pessoal.....	19
16.1.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas.....	19
16.1.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade.....	19
17 - Divulgações exigidas por diplomas legais.....	20

17.1 - Informação por atividade económica.....	20
17.2 - Informação por mercado geográfico.....	20
17.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais.....	21
18 - Outras informações.....	21
18.1 - Proposta de aplicação de resultados (ou, se aplicável, a aplicação dos resultados).....	21
18.2 - Nota sobre Passivos Contingentes.....	21
18.3 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	22
19 - Divulgações adicionais para as entidades de interesse público.....	22
19.1 - Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.....	22

R M
9

1 - Identificação da entidade e período de relato

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL.
Número de matrícula no registo comercial: 502301007
Endereço eletrónico: geral@turipenha.pt
Página da internet: www.turipenha.pt

1.2 - Sede

Lugar da sede social: Estaç. Inferior Teleférico - R. Aristides Sousa Mend 37 - Costa - Guimarães

1.3 - Natureza da atividade

Natureza da atividade: Outros transportes terrestres de passageiros diversos, n.e

Outras actividades: " Serviços de gestão, controle, vigilância e limpeza do parque de campismo da Penha"

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

O presente documento de prestação de contas é efetuado no mesmo regime contabilístico prestado relativamente às contas de 2020.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2021 são integralmente comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 25000 euros, e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa de IRC aplicável ao próximo período económico.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros créditos a receber

As contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorre o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Direção da Cooperativa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis ;
- Registo de perdas por imparidade;
- Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

4 - Fluxos de caixa

4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os valores inscritos nas rubricas de Caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3.465,59	296,85	0,00	3.762,44
Depósitos à ordem	813.972,75	0,00	151.966,21	662.006,54
Total	817.438,34	296,85	151.966,21	665.768,98

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (Dez 2020):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1.945,54	1.520,05	0,00	3.465,59
Depósitos à ordem	1.118.570,16	0,00	304.597,41	813.972,75
Total	1.120.515,70	1.520,05	304.597,41	817.438,34

4.3 - Outras informações

Caixa e equivalentes - informações adicionais :

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Recebimentos provenientes de:		
Indemnizações seguros não vida	0,00	184.000,00
Subsídios à exploração	145.401,49	77.459,18
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)	0,00	0,00
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento	0,00	11.524,43
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)	0,00	0,00
Caixa e equivalentes não disponíveis para uso	0,00	0,00

5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 - Erros materiais de períodos anteriores

Foi reconhecida, no período de 2016, uma Perda Por Imparidade em AFT no valor de 874.501,04 euros, que se estima ter ocorrido em exercícios anteriores ao ano 2015.

Foi também reconhecido um ativo por impostos diferidos relativo à perda registada, uma vez que esta gerará uma redução da base tributável em anos futuros.

6 - Partes relacionadas

6.1 - Identificação das partes relacionadas

6.1.1 - Entidades participantes

6.1.1.1 - Participação no capital social da entidade

Grupo - Tipologia dos detentores de capital:

Descrição	Percentagem
Outros	100,0000%
Total	100,0000%

Município de Guimarães - 83,24%

Outros - 16,76%

6.1.1.2 - Entidades que participam diretamente no capital da entidade

NIF	505948605
LEI	
Denominação	Município de Guimarães
Sede (País)	
CAE	
Part. direta capital (%)	83,2400%
Part. direta direitos voto (%)	0,0000%
Data de início da participação	
Data de fim da participação	

6.2 - Transações entre partes relacionadas

6.2.1 - Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

Partes relacionadas - saldos e transações intragrupo:

Descrição	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES	
Conta de clientes	0,00
Conta de fornecedores	0,00
Conta de outros devedores e credores	0,00
Conta de diferimentos	0,00
VALOR DAS TRANSAÇÕES	
Prestações de serviços	117,00
Compras	0,00
Aquisições de serviços	151,13
Gastos financeiros	0,00

Partes relacionadas - saldos e transações intragrupo - Quadro Comparativo (Dez 2020):

Descrição	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES	
Conta de clientes	33,00
Conta de fornecedores	0,00
Conta de outros devedores e credores	0,00
Conta de diferimentos	0,00
VALOR DAS TRANSAÇÕES	
Prestações de serviços	80.798,46
Aquisições de serviços	91,68

7 - Ativos intangíveis

7.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

7.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Direção da Cooperativa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

A. Intangíveis - Bases mensuração e métodos de depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Programas de computadores	Modelo do custo	método da linha recta	3-5	33,33
Outros ativos intangíveis	Modelo do custo	método da linha recta	30	3,33

7.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos intangíveis - movimentos do período:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período	0,00	0,00	16.672,40	2.937,92	394.056,00	0,00	0,00	413.666,32
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	0,00	16.672,42	0,00	118.215,63	0,00	0,00	134.888,05
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início	0,00	0,00	16.672,40	2.937,92	394.056,00	0,00	0,00	413.666,32
Amortizações acumuladas	0,00	0,00	16.147,42	0,00	105.080,56	0,00	0,00	121.227,98
Saldo no início do período	0,00	0,00	524,98	2.937,92	288.975,44	0,00	0,00	292.438,34
Variáveis do período	0,00	0,00	-525,00	0,00	-13.135,07	0,00	0,00	-13.660,07
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações do período	0,00	0,00	525,00	0,00	13.135,07	0,00	0,00	13.660,07
Total diminuições	0,00	0,00	525,00	0,00	13.135,07	0,00	0,00	13.660,07
Saldo no final do período	0,00	0,00	-0,02	2.937,92	275.840,37	0,00	0,00	278.778,27

Ativos intangíveis - movimentos do período - Quadro Comparativo (Dez 2020):

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período	0,00	0,00	16.672,40	2.937,92	394.056,00	0,00	0,00	413.666,32
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	0,00	16.147,42	0,00	105.080,56	0,00	0,00	121.227,98
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início	0,00	0,00	16.672,40	2.937,92	394.056,00	0,00	0,00	413.666,32
Amortizações acumuladas	0,00	0,00	14.976,58	0,00	91.945,49	0,00	0,00	106.922,07
Saldo no início do período	0,00	0,00	1.695,82	2.937,92	302.110,51	0,00	0,00	306.744,25
Varições do período	0,00	0,00	-1.170,84	0,00	-13.135,07	0,00	0,00	-14.305,91
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações do período	0,00	0,00	1.170,84	0,00	13.135,07	0,00	0,00	14.305,91
Total diminuições	0,00	0,00	1.170,84	0,00	13.135,07	0,00	0,00	14.305,91
Saldo no final do período	0,00	0,00	524,98	2.937,92	288.975,44	0,00	0,00	292.438,34

7.2 - Outras informações

A rubrica Outros Ativos Intangíveis tem registado o direito de superfície do terreno da estação inferior, concedido pelo Município de Guimarães pelo prazo de 30 anos inteiros e consecutivos, renovável por iguais períodos, contados a partir da data da assinatura da escritura (seis de Novembro de dois mil e doze).

8 - Ativos fixos tangíveis

8.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

8.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Durante os períodos findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o constante dos quadros a seguir; de referir que a empresa reconheceu em 2016 uma perda por imparidade em AFT, por contrapartida de resultados transitados, uma vez que a referida perda ocorreu em períodos anteriores.

AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Modelo do custo	método da linha recta		2,38 - 6,67
Equipamento básico	Modelo do custo	método da linha recta		5,00 - 20,00
Equipamento de transporte	Modelo do custo	método da linha recta		0,00
Equipamento administrativo	Modelo do custo	método da linha recta		10,00 - 25,00
Equipamentos biológicos	n.a.			
Outros ativos fixos tangíveis	Modelo do custo	método da linha recta		5,00 - 10,00

8.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	0,00	1.193.822,09	4.624.465,97	18.349,79	60.916,96	0,00	88.902,77	1.200,00	0,00	5.987.657,58
Depreciações acumuladas	0,00	648.787,57	3.082.978,43	18.349,79	49.279,53	0,00	79.072,93	0,00	0,00	3.878.468,25
Imparidades acumuladas	0,00	215.128,37	649.615,41	0,00	0,00	0,00	9.757,26	0,00	0,00	874.501,04
Saldo no início do período	0,00	329.906,15	891.872,13	0,00	11.637,43	0,00	72,58	1.200,00	0,00	1.234.688,29
Variações do período	0,00	-31.329,10	116.573,04	0,00	5.048,71	0,00	-24,20	-1.200,00	0,00	89.068,45
Total de aumentos	0,00	0,00	304.936,88	0,00	8.818,63	0,00	0,00	0,00	0,00	313.755,51
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	304.936,88	0,00	8.818,63	0,00	0,00	0,00	0,00	313.755,51
Total diminuições	0,00	31.329,10	188.363,84	0,00	3.769,92	0,00	24,20	1.200,00	0,00	224.687,06
Depreciações do período	0,00	31.329,10	188.363,84	0,00	3.523,09	0,00	24,20	0,00	0,00	223.240,23
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	1.874,82	0,00	0,00	0,00	0,00	1.874,82
Outras diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.627,99	0,00	0,00	1.200,00	0,00	-427,99
Saldo no fim do período	0,00	298.577,05	1.008.445,17	0,00	16.686,14	0,00	48,38	0,00	0,00	1.323.756,74
Valor bruto no fim do período	0,00	1.193.822,09	4.929.402,85	18.349,79	67.860,77	0,00	88.902,77	0,00	0,00	6.298.338,27
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	895.245,04	3.920.957,68	18.349,79	51.174,63	0,00	88.854,39	0,00	0,00	4.974.581,53

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período - Quadro Comparativo (Dez 2020):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	0,00	1.193.822,09	4.273.973,33	18.349,79	55.576,06	0,00	88.902,77	0,00	0,00	5.630.624,04
Depreciações acumuladas	0,00	617.458,47	2.900.727,47	18.349,79	45.293,50	0,00	76.740,09	0,00	0,00	3.658.569,32
Imparidades acumuladas	0,00	215.128,37	649.615,41	0,00	0,00	0,00	9.757,26	0,00	0,00	874.501,04
Saldo no início do período	0,00	361.235,25	723.630,45	0,00	10.282,56	0,00	2.405,42	0,00	0,00	1.097.553,68
Variações do período	0,00	-31.329,10	168.241,68	0,00	1.354,87	0,00	-2.332,84	1.200,00	0,00	137.134,61
Total de aumentos	0,00	0,00	350.492,64	0,00	5.340,90	0,00	0,00	1.200,00	0,00	357.033,54
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	350.492,64	0,00	5.340,90	0,00	0,00	1.200,00	0,00	357.033,54
Total diminuições	0,00	31.329,10	182.250,96	0,00	3.986,03	0,00	2.332,84	0,00	0,00	219.898,93
Depreciações do período	0,00	31.329,10	182.250,96	0,00	3.986,03	0,00	2.332,84	0,00	0,00	219.898,93
Saldo no fim do período	0,00	329.906,15	891.872,13	0,00	11.637,43	0,00	72,58	1.200,00	0,00	1.234.688,29
Valor bruto no fim do período	0,00	1.193.822,09	4.624.465,97	18.349,79	60.916,96	0,00	88.902,77	1.200,00	0,00	5.987.657,58
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	863.915,94	3.732.593,84	18.349,79	49.279,53	0,00	88.830,19	0,00	0,00	4.752.969,29

9 - Imparidade de ativos

9.1 - Perdas por imparidade, por classes de ativos:

De referir que a empresa reconheceu em 2016 uma perda por imparidade em AFT, por contrapartida de resultados transitados, uma vez que a referida perda ocorreu em períodos anteriores.

Imparidades por tipos de ativos:

Descrição	Perdas Imparidade rec.em gastos	Perdas Imparidade rec.em capitais próprios	Total perdas Imparidade	Rev. Perdas imp. Rec.em gastos	Rev. Perdas imp. Rec.em capitais próprios	Total reversão perdas Imparidade
Ativos fixos tangíveis	0,00	874.501,04	874.501,04	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	874.501,04	874.501,04	0,00	0,00	0,00

Imparidades por tipos de ativos - Quadro Comparativo (Dez 2020):

Descrição	Perdas Imparidade rec.em gastos	Perdas Imparidade rec.em capitais próprios	Total perdas Imparidade	Rev. Perdas imp. Rec.em gastos	Rev. Perdas imp. Rec.em capitais próprios	Total reversão perdas Imparidade
Ativos fixos tangíveis	0,00	874.501,04	874.501,04	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	874.501,04	874.501,04	0,00	0,00	0,00

10 - Inventários

10.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

10.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

10.2.1 - Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	30,39	0,00	30,39	0,00	0,00	0,00
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	30,39	0,00	30,39	0,00	0,00	0,00
OUTRAS INFORMAÇÕES						

11 - Rédito

11.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviço depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade

11.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

No exercício de 2021 a rúbrica 72 - Prestações de Serviços no valor total de euros 516.818,96 (valor sem IVA) refere-se:
 Receitas do Teleférico: 480.699,26 (2021) - 285.724,16 (2020) - 9.279,11 (2019) - 550.937,92 (2018) - 586.977,33 (2017)
 Parque de Campismo: 36.119,70 (2021) - 30.823,17 (2020) - 58.265,06 (2019) - 62.472,81 (2018) - 81.600,00 (2017)

na rubrica 7812 - Rendimentos Suplementares - Aluguer de equipamento no valor de 21.712,60 euros refere-se aos alugueres dos espaços comerciais.

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	516.818,96	316.547,33
Outros réditos	0,00	23.113,93
Total	516.818,96	339.661,26

12 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

12.1 - Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas

12.2 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Um subsídio do Governo é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Em 2021, o subsídio à exploração atribuído pelo Município de Guimarães através de contrato-programa, destina-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento da exploração do parque de campismo da Penha e do teleférico, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Handwritten signature and date: 7/11

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	145.401,49	145.401,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	145.401,49	145.401,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (Dez 2020):

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	77.459,18	77.459,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	77.459,18	77.459,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Os Subsídios à exploração contabilizados no corrente exercício no montante de 145.401,49 euros, referem-se: valor faturado ao Município de Guimarães dos contratos-programa celebrados para a exploração do parque de campismo do ano de 2021 - valor 60.119,24 para a exploração do teleférico ano de 2021 - valor 53.179,20 Apoios Lay-Off: Segurança Social - valor de 17.473,05 IEFP - valor de 14.630,00

13 - Acontecimentos após a data do balanço

13.1 - Autorização para emissão

- Data de autorização para emissão das demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direcção da Turipenha e autorizadas para emissão em reunião de direcção do dia 15 de Março de 2022.

13.2 - Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

- Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações financeiras (31/12/2021) e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram factos relevantes que justifiquem alterações às demonstrações financeiras do período, no entanto é necessária a seguinte divulgação -

- A 24 de fevereiro de 2022 foi iniciada a invasão da Ucrânia pela Rússia. Esta situação poderá ter um impacto significativo na economia e nas finanças mundiais, nomeadamente nas previsões de crescimento económico e inflação, assim como nas redes de abastecimento globais e na confiança dos mercados.

Apesar dos efeitos nesta fase serem imprevisíveis, a empresa mantém a confiança numa rápida resolução do conflito e na eficácia das medidas de apoio que estão a ser tomadas pelos organismos públicos.

Handwritten initials and marks in the top right corner.

14 - Impostos e contribuições

14.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	2.019,07	-247.016,91
Imposto corrente	298,19	281,29
Imposto diferido	1.693,30	1.891,37
Imposto sobre o rendimento do período	1.991,49	2.172,66
Tributações autónomas	185,81	281,29
Taxa efetiva de imposto	98,63	-0,88

14.2 - Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte

Impostos - correntes e diferidos reconhecidos no período:

Descrição	Resultados	Capitais próprios	Total	Resultados Per. Anterior	Cap. Próprios Per. Anterior	Total Período Anterior
Imposto do período	1.991,49	0,00	1.991,49	2.172,66	0,00	2.172,66
Gastos (rendimentos) de impostos reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos (rendimentos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos do período - discriminação:						
Imposto diferido	1.693,30	0,00	1.693,30	1.891,37	0,00	1.891,37
Imposto corrente	298,19	0,00	298,19	281,29	0,00	281,29

Foi efetuada a reversão do A.I.D. no valor de 1.693,30 euros relativa à perda por imparidade (2016)

14.3 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	0,00	298,19	0,00	299,29
Imposto estimado	0,00	298,19	0,00	281,29
IRC a receber / pagar	0,00	0,00	0,00	18,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	3.266,25	0,00	2.845,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	179.504,87	0,00	120.522,01	644,37
Contribuições para a Segurança Social	0,00	9.531,10	0,00	9.594,96
Outras tributações	0,00	60,03	0,00	50,76
Total	179.504,87	13.155,57	120.522,01	13.434,38

15 - Instrumentos financeiros

15.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

A empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores ficam obrigados a entregar dinheiro ou outro recurso em troca dos referidos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo, exceto os instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado que são mensurados ao justo valor, com as alterações do justo valor reconhecidas em resultados.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela própria entidade são mensurados pelo dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos.

À data de cada relato, a empresa avalia a existência de eventuais imparidades nos ativos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado. Se existir uma evidência objetiva de imparidade a empresa reconhece uma perda por imparidade.

15.2 - Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	23.233,33	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	15.808,53	0,00	0,00
Outras contas a receber	0,00	0,00	7.424,80	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	218.829,41	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	28.015,47	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	190.813,94	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-1.578,04	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	-0,05	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-1.577,99	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação - Quadro Comparativo (Dez 2020):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	18.084,49	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	18.084,49	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	230.621,78	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	29.844,01	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	200.777,77	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-1.050,35	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-1.050,35	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

15.3 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

Em 31 de Dezembro de 2021 a TURIPENHA detêm o capital social de 4.212.376,88 euros, estando por realizar parte deste capital no montante de 193,26 euros.

16 - Benefícios dos empregados

16.1 - Número médio de empregados e gastos de pessoal

16.1.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	17,00	27.766,00	18,00	30.870,00
Pessoas remuneradas	17,00	27.766,00	18,00	30.870,00
Pessoas não remuneradas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	17,00	27.766,00	18,00	30.870,00
Pessoas a tempo completo	17,00	27.766,00	18,00	30.870,00
(das quais pessoas remuneradas)	17,00	27.766,00	18,00	30.870,00
Pessoas em tempo parcial	0,00	0,00	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	17,00	27.766,00	18,00	30.870,00
Masculino	10,00	15.627,00	9,00	15.067,00
Feminino	7,00	12.139,00	9,00	15.803,00

16.1.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Os benefícios de empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados e incluem:

- 1) benefícios a curto prazo, pagáveis na totalidade num prazo de 12 meses e registados como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento.
- 2) Não é previsível que ocorram outras situações para os anos futuros a não ser que haja qualquer imponderável ou imprevisto.
- 3) Não são aplicáveis aqui quaisquer outros benefícios que sejam de relevar nesta informação.

O direito às férias e subsídio de férias dos empregados vence-se no final de cada ano, sendo pago no período seguinte. No entanto, o gasto correspondente é reconhecido no período em que se venceram e o serviço foi prestado por contrapartida de outras contas a pagar

Não foram assumidos quaisquer valores relativos à Direcção da Turipenha nem a outro órgão da entidade.

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	316.054,27	308.476,05
Remunerações do pessoal	259.894,91	251.282,88
Encargos sobre as remunerações	52.950,39	51.304,97
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2.652,70	2.583,18
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	556,27	3.305,02
- Formação	0,00	2.742,00

17 - Divulgações exigidas por diplomas legais

17.1 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	49392	
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	516.818,96	516.818,96
Compras	30,39	30,39
Fornecimentos e serviços externos	135.228,30	135.228,30
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Mercadorias	30,39	30,39
Número médio de pessoas ao serviço	30,39	30,39
Gastos com o pessoal	17,00	17,00
Remunerações	316.054,27	316.054,27
Outros gastos	259.894,91	259.894,91
Ativos fixos tangíveis	56.159,36	56.159,36
Valor líquido final		
Total das aquisições	1.323.756,74	1.323.756,74
Propriedades de investimento	313.755,51	313.755,51

Informação por CAE - Quadro Comparativo (Dez 2020):

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	49392	
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	316.547,33	316.547,33
Fornecimentos e serviços externos	120.134,22	120.134,22
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Número médio de pessoas ao serviço	0,00	0,00
Gastos com o pessoal	18,00	18,00
Remunerações	308.476,05	308.476,05
Outros gastos	251.282,88	251.282,88
Ativos fixos tangíveis	57.193,17	57.193,17
Valor líquido final		
Total das aquisições	1.234.688,29	1.234.688,29
Adições no período de ativos em curso	357.033,54	357.033,54
Propriedades de investimento	1.200,00	1.200,00

17.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	516.818,96	0,00	0,00	516.818,96
Compras	30,39	0,00	0,00	30,39
Fornecimentos e serviços externos	129.715,52	5.512,78	0,00	135.228,30
Aquisições de ativos fixos tangíveis	313.755,51	0,00	0,00	313.755,51
Rendimentos suplementares:	23.132,39	0,00	0,00	23.132,39
Aluguer de equipamento	21.712,60	0,00	0,00	21.712,60
Outros rendimentos suplementares	1.419,79	0,00	0,00	1.419,79

Informação por mercado - Quadro Comparativo (Dez 2020):

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	316.547,33	0,00	0,00	316.547,33
Fornecimentos e serviços externos	115.115,22	5.019,00	0,00	120.134,22
Aquisições de ativos fixos tangíveis	357.033,54	0,00	0,00	357.033,54
Rendimentos suplementares:	19.229,42	0,00	0,00	19.229,42
Aluguer de equipamento	19.138,22	0,00	0,00	19.138,22
Outros rendimentos suplementares	91,20	0,00	0,00	91,20

17.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Turipenha apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças (AT), tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Turipenha apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

- Prémios sobre os resultados com base em ações

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em ações, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

- Ações próprias

A Entidade não detém ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprias durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

18 - Outras informações

18.1 - Proposta de aplicação de resultados (ou, se aplicável, a aplicação dos resultados)

A Direcção da TURIPENHA propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido positivo do período findo em 31 de Dezembro de 2021, no montante de euros 27,58 (vinte e sete euros e cinquenta oito cêntimos) seja transferido para a conta de resultados transitados.

18.2 - Nota sobre Passivos Contingentes

Nota sobre passivos contingentes:

A 31.12.2021, a Turipenha tinha um processo (P nº 5108/21.6T8GMR), pendente no Tribunal do Trabalho de Guimarães, que iniciou a 01.10.2021, em que o Autor reclama a quantia de 15.544,00.

A Direcção estima não haver hipótese de condenação e conseqüente pagamento do valor peticionado.

18.3 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	254,73	386,78
Serviços especializados	75.356,30	70.445,09
Trabalhos especializados	10.120,02	22.020,42
Publicidade e propaganda	402,18	1.354,93
Vigilância e segurança	11.161,30	486,96
Honorários	18.302,00	18.255,00
Comissões	3,30	2,50
Conservação e reparação	35.367,50	28.321,01
Outros	0,00	4,27
Materiais	3.383,48	2.018,07
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	667,11	374,28
Livros e documentação técnica	374,01	252,56
Material de escritório	1.981,05	1.117,44
Artigos para oferta	201,86	0,00
Outros	159,45	273,79
Energia e fluidos	28.522,67	18.725,31
Eletricidade	19.869,18	14.315,34
Combustíveis	2.006,47	1.714,64
Água	6.647,02	2.695,33
Deslocações, estadas e transportes	69,00	261,24
Deslocações e estadas	69,00	261,24
Serviços diversos	27.642,12	28.297,73
Comunicação	2.386,85	2.774,41
Seguros	9.612,96	9.325,55
Contencioso e notariado	0,00	375,00
Despesas de representação	81,50	604,80
Limpeza, higiene e conforto	15.520,81	15.217,97
Outros serviços	40,00	0,00
Total	135.228,30	120.134,22

19 - Divulgações adicionais para as entidades de interesse público

19.1 - Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas

Honorários pagos ao ROC, conforme previsto no artigo 66.º-A do CSC

Honorários totais facturados durante o exercício financeiro de 2021 pela sociedade de revisores oficiais de contas Armindo Costa, Serra Cruz, Martins & Associados, NIPC 502154870, relativamente à revisão legal das contas anuais: 4.200,00 euros valor sem IVA.

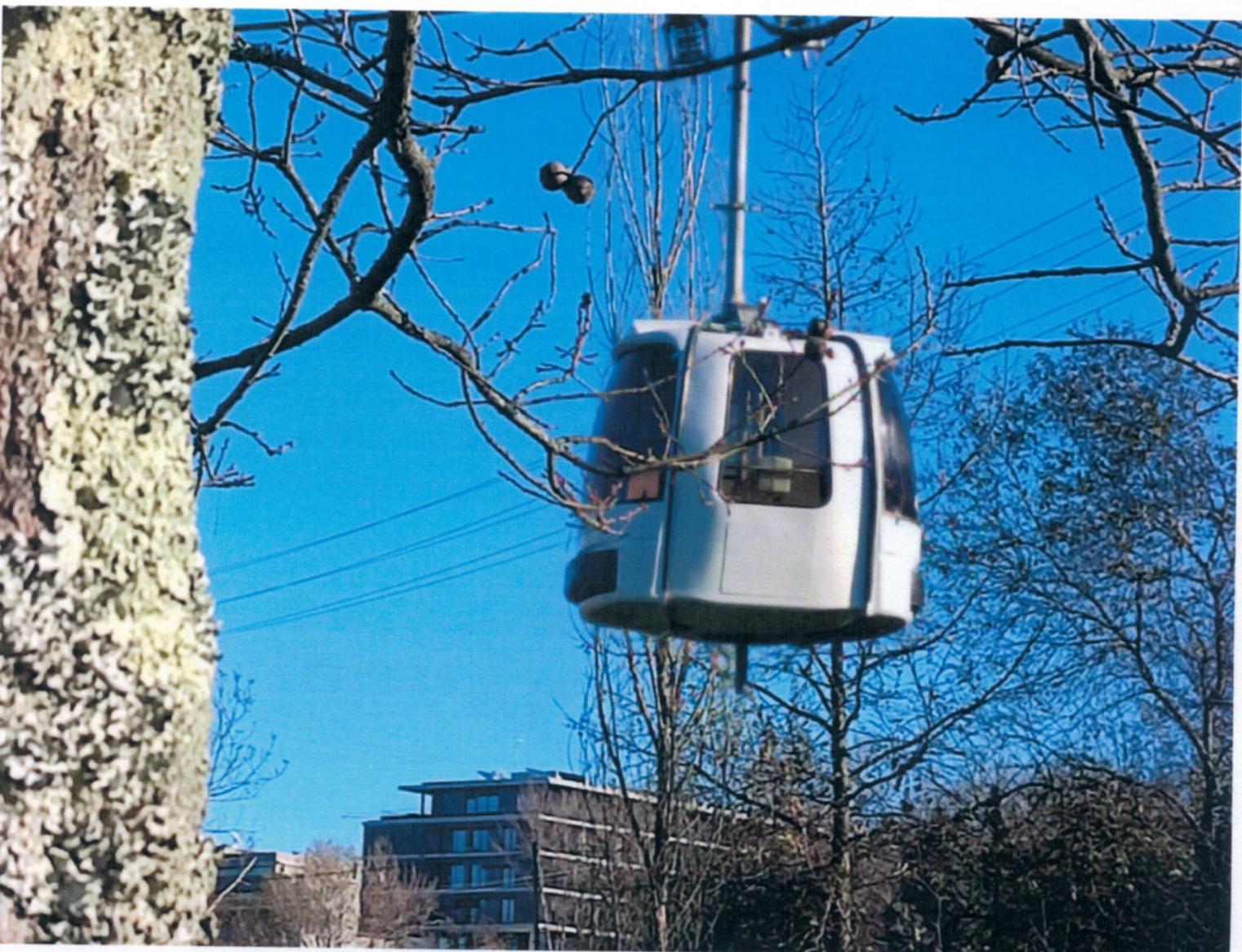


TURIPENHA

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten mark in blue ink.

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



Handwritten signature and initials

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		Dez 2021	Dez 2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	1.323.756,74	1.234.688,29
Ativos intangíveis	7	278.778,27	292.438,34
Outros investimentos financeiros		2.384,86	1.754,32
Ativos por impostos diferidos	14	60.009,72	61.703,02
		1.664.929,59	1.590.583,97
Ativo corrente			
Clientes	15	15.808,53	18.084,49
Estado e outros entes públicos	14	179.504,87	120.522,01
Capital subscrito e não realizado	15	193,26	193,26
Outros créditos a receber	6;15	7.424,80	
Diferimentos		3.994,94	2.846,50
Caixa e depósitos bancários	4	665.768,98	817.438,34
		872.695,38	959.084,60
Total do ativo		2.537.624,97	2.549.668,57
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	17		
Capital subscrito	15	4.212.376,88	4.212.376,88
Resultados transitados		-2.300.820,47	-2.051.630,90
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	12	394.056,00	394.056,00
Resultado líquido do período		27,58	-249.189,57
Total do capital próprio		2.305.639,99	2.305.612,41
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	15	28.015,47	29.844,01
Estado e outros entes públicos	14	13.155,57	13.434,38
Outras dividas a pagar	6;15	190.813,94	200.777,77
		231.984,98	244.056,16
Total do passivo		231.984,98	244.056,16
Total do capital próprio e do passivo		2.537.624,97	2.549.668,57

Handwritten signature

8011

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		Dez 2021	Dez 2020
Vendas e serviços prestados	11	516.818,96	316.547,33
Subsídios à exploração	12	145.401,49	77.459,18
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-30,39	
Fornecimentos e serviços externos	18	-135.228,30	-120.134,22
Gastos com o pessoal	6;16	-316.054,27	-308.476,05
Outros rendimentos	11	30.634,99	23.113,93
Outros gastos		-2.623,11	-1.322,24
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		238.919,37	-12.812,07
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7;8	-236.900,30	-234.204,84
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.019,07	-247.016,91
Resultado antes de impostos		2.019,07	-247.016,91
Imposto sobre o rendimento do período	14	-1.991,49	-2.172,66
Resultado líquido do período		27,58	-249.189,57

Handwritten signatures and initials:
SF
HN
V

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		Dez 2021	Dez 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		548.571,06	367.815,94
Pagamentos a fornecedores		241.872,89	271.100,15
Pagamentos ao pessoal	16	315.626,88	311.188,62
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<i>-8.998,71</i>	<i>-214.472,83</i>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		299,29	11.524,43
Outros recebimentos/pagamentos		172.392,68	281.599,45
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		163.094,68	55.602,19
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	8	312.555,51	357.033,54
<i>Investimentos financeiros</i>		630,54	576,82
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-313.186,05	-357.610,36
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>		1.577,99	1.069,19
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-1.577,99	-1.069,19
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-151.669,36	-303.077,36
Caixa e seus equivalentes no início do período		817.438,34	1.120.515,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período		665.768,98	817.438,34

Handwritten signature: mark

Demonstração das Alterações no Capital Próprio
do período findo em 31-12-2021
(montantes em EURO)

TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de Interesse Público,
CRL.

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Subscrito	Ações(quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
6	6	4.212.376,88						-2.051.630,90		394.056,00	-249.189,57	2.305.612,41		2.305.612,41
7	7							-249.189,57			249.189,57			
8	8							-249.189,57			249.189,57			
9=7+8	9=7+8										27,58	27,58		27,58
10	10										27,58	27,58		27,58
10	6+7+8+10	4.212.376,88						-2.300.820,47		394.056,00	27,58	2.305.639,99		2.305.639,99

POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021

ALTERAÇÕES NO PERÍODO

Outras alterações reconhecidas no capital próprio

RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

RESULTADO INTEGRAL

OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO

POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021

Demonstração das Alterações no Capital Próprio
do período findo em 31-12-2021
(montantes em EURO)

TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de Interesse Público,
CRL.

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
1	1	4.212.376,88						-2.266.938,71		394.056,00	215.307,81	2.554.801,98		2.554.801,98
2	2							215.307,81			-215.307,81			
3	3							215.307,81			-215.307,81			
4-2+3	4-2+3										-249.189,57	-249.189,57		-249.189,57
5	5										-249.189,57	-249.189,57		-249.189,57
6-1+2+3+5	6-1+2+3+5	4.212.376,88						-2.051.630,90		394.056,00	-249.189,57	2.305.612,41		2.305.612,41

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 2.537.625 euros e um total de capital próprio de 2.305.640 euros, incluindo um resultado líquido de 28 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. Sem afetar a opinião expressa anteriormente e conforme divulgado na nota 13 das notas anexas às demonstrações financeiras, a 24 de fevereiro de 2022 foi iniciada a invasão da Ucrânia pela Rússia. Apesar das consequências e da duração do conflito não poderem ser ainda avaliadas, a situação económica evidenciada nas presentes demonstrações financeiras permite à Entidade considerar que a continuidade das operações estará assegurada.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA

detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

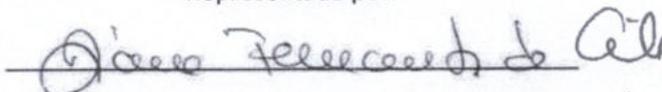
Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 14 março, 2022

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS, SROC.

(inscrita na CMVM sob o n.º 20161397)

Representada por:



(Diana Rosa Matos Fernandes da Costa - ROC n.º 1212, n.º CMVM 20160823)

PARECER DO CONSELHO FISCAL





PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Cooperantes,

Nos termos do Artº. 38 dos Estatutos em vigor e da alínea e) do Artº. 53º do Código Cooperativo, compete ao Conselho Fiscal elaborar o parecer sobre os documentos de prestação de contas da TURIPENHA – Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em face da análise efetuada aos documentos de prestação de contas apresentados pela Direção, bem como aos mapas que lhe serviram de base, refletem com exatidão a situação da cooperativa e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Pelo acima exposto, somos de parecer que seja aprovado o Balanço, Relatório e Contas do exercício de 2021.

Guimarães, 17 de março de 2022

O Conselho Fiscal

O Presidente:

Os Vogais:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS





Proposta De Aplicação De Resultados

A Direção da Turipenha, reunida no passado dia 15 de março, deliberou aprovar por unanimidade o Balanço e Relatório de Contas relativo ao Exercício de 2021 e propor aos Exmos. Senhores Cooperantes, reunidos hoje em Assembleia-Geral Ordinária, que o resultado líquido do exercício, positivo, no valor de € 27,58 (vinte e sete euros e cinquenta e oito cêntimos) seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

A Presidente da Direção

Sofia Ferreira

Deliberação Da Assembleia

A Assembleia-geral de cooperantes da Turipenha, reunida em sessão ordinária em 23 de março de 2022, deliberou aprovar por unanimidade/~~maioria~~, o relatório e contas relativas ao exercício de 2021. Mais deliberou aprovar por unanimidade/maioria a presente proposta de aplicação de resultados.

~~Vice-~~
O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

~~Vitor Magalhães~~